



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16412 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
ISSN: 2595-7945
GT 14 - Sociologia da Educação

SUBCAPACIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO PARA IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
Luciana Rocha Angrizani Paiva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

SUBCAPACIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO PARA IMPLEMENTAR A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ao longo das últimas décadas, pudemos observar significativas mudanças no cenário educacional brasileiro no que diz respeito a democratização do direito à educação. O processo de escolarização das pessoas com deficiência, por muito tempo, ocorreu de forma paralela ao que se propunha nas classes comuns. No entanto, as mudanças na compreensão do conceito de deficiência culminaram em novas dinâmicas sociais e, dessa forma, implicaram na elaboração de novas abordagens educacionais e transformações em nossos sistemas de ensino.

Diante do paradigma da inclusão, as políticas públicas passaram a abranger diversos grupos que, historicamente, foram excluídos dos processos educacionais devido a fatores como classe social, idade, gênero ou deficiência. A inserção desse público no sistema regular de ensino acentuou os questionamentos quanto à qualidade do serviço prestado. Isso ocorreu porque as práticas educativas anteriores já não atendiam às necessidades do novo cenário nas instituições de ensino (CARMO et al., 2019).

Segundo Martins (2011) (apud AGRELOS; NOZU, 2021, p. 1362), “no âmbito da Educação Especial, alguns municípios também têm formulado documentos político-normativos com vistas a disciplinar essa modalidade em suas redes de ensino”. A necessidade de regulamentação decorre da constatação de que, em diversas ocasiões, os documentos oficiais que guiam a Política Nacional de Educação Especial apresentam lacunas, ambiguidades ou falta de coerência em relação aos aspectos que envolvem a atuação dos serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Isso propicia interpretações e (re)contextualizações políticas por parte dos agentes envolvidos na prática educacional

(AGRELOS; NOZU, 2021).

É neste contexto, que a pesquisa em andamento, com o intuito de ampliar e aprofundar os estudos sobre a implementação de políticas públicas educacionais, tem por finalidade compreender a partir das subcapacidades estatais (MUYLAERT; FALCIANO, 2024; SILVA; VALADÃO, 2022), a atuação da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ), para implementar a Política Municipal de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Trata-se de um estudo de caráter exploratório e abordagem qualitativa, o qual, utilizando-se de metodologias como a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, visa evidenciar os procedimentos desenvolvidos e analisar as estratégias adotadas pela SME/RJ na promoção da Educação Especial conforme os princípios da Educação Inclusiva, assegurando a oferta de um ensino de qualidade para os alunos público-alvo da Educação Especial. Neste trabalho apresentamos uma síntese do quadro analítico conceitual da pesquisa.

De acordo com Silva e Valadão (2022), para entender a capacidade estatal, é necessário adotar uma perspectiva multidimensional que permita considerar e analisar uma ampla gama de ações. Para isso, consideram que o estudo da capacidade estatal deve abranger um conjunto de subcapacidades nas diferentes áreas de habilidades e competências do governo, incluindo tanto as atividades estratégicas de Estado quanto as ações específicas das organizações governamentais e dos indivíduos que compõem a burocracia pública.

Os autores (2022) destacam que, embora a maioria dos estudos sobre capacidade estatal se concentre na esfera federal, essa compreensão também tem sido aplicada ao nível subnacional. No contexto brasileiro, por exemplo, os municípios possuem capacidades estatais que influenciam sua habilidade em cumprir (ou não) com as responsabilidades atribuídas para atender às necessidades da população local.

Muylaert e Falciano (2024), apontam que a literatura sobre capacidades estatais tem progredido na identificação dos elementos que definem a atuação do Estado, especialmente ao mapear as competências essenciais para a implementação de políticas específicas. Contudo, há uma lacuna significativa na forma de mensurar essas capacidades, especialmente nos níveis subnacionais, o que representa um desafio empírico importante.

Portanto, com base nas contribuições dos estudos relacionados às subcapacidades estatais, nosso objetivo é identificar e analisar as subcapacidades que a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro tem desenvolvido para implementar a Política Municipal de Educação Especial. Pretendemos entender como essas subcapacidades viabilizam a inclusão de educandos com deficiência e examinar os recursos adotados para garantir a qualidade do atendimento ao público-alvo da Educação Especial (PAEE).

PALAVRAS-CHAVE: Implementação de Políticas Públicas; Subcapacidades Estatais; Educação Especial; Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS

AGRELOS, C. da S. T.; NOZU, W. C. S. (Con)textualização da política de educação especial em um município sul-mato-grossense. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. esp2, p. 1360–1376, 2021.

CARMO, B. C. M. do; FUMES, N. de L. F.; MERCADO, E. L. de O.; MAGALHÃES, L. de O. R. Políticas públicas educacionais e formação de professores: convergências e distanciamentos na área de Educação Especial. *Revista Educação Especial*, [S. l.], v. 32, p. e113/ 1–28, 2019.

MUYLAERT, N.; FALCIANO, B. T. Avaliação das subcapacidades municipais demandadas pela Meta 1 do PNE 2014-2024. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 35, p. e10423, 2024.

SILVA, R.G.; MACHADO VALADÃO JÚNIOR, V. Capacidades Estatais Municipais: Proposta para uma Agenda de Pesquisa e Percurso Metodológico. *Administração Pública e Gestão Social*, [S. l.], v. 14, n. 4, 2022.